



40 ANOS

# PGE · SC

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 155 - JUNHO DE 2022

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

#### LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	5
Decretos.....	6

#### PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	8
Pareceres.....	8

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
Alisson de Bom de Souza  
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA  
ASSUNTOS JURÍDICOS  
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### LEIS ORDINÁRIAS

#### LEI Nº 18.364

**2 DE MAIO DE 2022**

Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de recreação infantil no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.365

**2 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a aplicação de multa, após o trânsito em julgado, para as pessoas que forem condenadas pelo crime de pedofilia no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.366

**6 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a doação de imóveis no Município de Ibicaré. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.367

**6 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a doação de imóveis no Município de Rodeio e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.368

**6 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 10.297, de 1996, a Lei nº 17.763, de 2019, e a Lei nº 17.877, de 2019, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.369

**6 DE MAIO DE 2022**

Institui Boas Práticas de Transparência em Contratações Públicas do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.370

**6 DE MAIO DE 2022**

Revoga o item 18 referente ao Município de Xaxim, do Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual a Organização AUM - Espaço Luz. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.372

**17 DE MAIO DE 2022**

Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir o Dia Estadual da Conscientização do Raquitismo Hipofosfatêmico. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.373

**18 DE MAIO DE 2022**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Família Feliz, de Blumenau. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.374

**18 DE MAIO DE 2022**

Institui a Política Estadual de Incentivo ao Terceiro Setor. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.375

**18 DE MAIO DE 2022**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Xanxerê para Rede Feminina de Combate ao Câncer de Xanxerê. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.376

**20 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre o acesso à informação de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) emitidas para órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.377

**23 DE MAIO DE 2022**

Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de instituir a Semana Estadual da Televisão de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.378

**24 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 18.007, de 2020, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### DECRETOS

#### DECRETO Nº 1.886

**29 DE ABRIL DE 2022**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.887

**29 DE ABRIL DE 2022**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no Município de Seara. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.891

**3 DE MAIO DE 2022**

Altera o Decreto nº 468, de 2020, que regulamenta o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.892

**3 DE MAIO DE 2022**

Estabelece as atribuições e os requisitos da função de encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo Estadual e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.893

**3 DE MAIO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.894

**4 DE MAIO DE 2022**

Qualifica o Instituto Nacional de Tecnologia e

Saúde (INTS) como organização social para atuar na área da Saúde, nos termos da Lei nº 12.929, de 2004. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.895

**4 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a homologação de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.896

**4 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio, bem como aqueles atingidos pelo seu acréscimo, constantes das áreas que menciona. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 1.897****4 DE MAIO DE 2022**

Regulamenta a Lei nº 18.024, de 2020, que estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.902****5 DE MAIO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.903****8 DE MAIO DE 2022**

Decreta Luto Oficial. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.904****8 DE MAIO DE 2022**

Altera o art. 7º do Decreto nº 1.333, de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.880, de 2006, que dispõe sobre a prestação de serviço voluntário na atividade de salvamento aquático no território do Estado e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.905****9 DE MAIO DE 2022**

Altera o art. 1º do Decreto nº 1.513, de 2021, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, bens imóveis no Município de Taió. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.908****9 DE MAIO DE 2022**

Regulamenta a Lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.909****10 DE MAIO DE 2022**

Altera os arts. 2º, 3º e 6º do Decreto nº 1.552, de 2018, que regulamenta a inscrição automática em plano de previdência complementar prevista no art. 2º da Lei Complementar nº 661, de 2015, com a redação dada pela Lei Complementar nº 711, de 2017. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.911****10 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis atingidos pelo acréscimo da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro](#)

[teor\)](#)**DECRETO Nº 1.912****10 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.913****10 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.914****10 DE MAIO DE 2022**

Inclui no Plano Rodoviário Estadual (PRE), aprovado pelo Decreto nº 759, de 2011, a Rodovia SC-350, trecho Abelardo Luz – Passos Maia, com os Acessos a Abelardo Luz e Passos Maia, e a Rodovia SC-451, trecho Frei Rogério – Entroncamento SC-452 (para Fraiburgo). [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.915****10 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados à margem da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.916****10 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.917****10 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.918****10 DE MAIO DE 2022**

Inclui a Rodovia SC-483, trecho Entroncamento SC-283 (para Chapecó) – Paial no Plano Rodoviário Estadual (PRE), aprovado pelo Decreto nº 759, de 2011. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.919****12 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Florianópolis. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.923****12 DE MAIO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.924****12 DE MAIO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.925****13 DE MAIO DE 2022**

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.926****13 DE MAIO DE 2022**

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN). [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.928****16 DE MAIO DE 2022**

Acresce o art. 1º-A ao Decreto nº 1.830, de 2022, que introduz a Alteração 4.467 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.929****16 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis atingidos pelo acréscimo da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.930****17 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.931****17 DE MAIO DE 2022**

Introduz a Alteração 4.495 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETOS

**DECRETO Nº 1.933**

**18 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a estruturação, organização e administração das atividades de ouvidoria do Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria do Poder Executivo Estadual. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.934**

**18 DE MAIO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.937**

**18 DE MAIO DE 2022**

Introduz a Alteração 4.498 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.938**

**18 DE MAIO DE 2022**

Altera o art. 5º do Decreto nº 1.660, de 2021, que dispõe sobre o valor e a forma de pagamento da etapa de alimentação dos policiais militares do Estado de Santa Catarina nos casos que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.939**

**19 DE MAIO DE 2022**

Acresce o art. 11-A ao Decreto nº 1.860, de 2022, que regulamenta a delegação de competências aos titulares de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo para a prática de atos relacionados à gestão de pessoas, e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.940**

**19 DE MAIO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.941**

**19 DE MAIO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.942**

**19 DE MAIO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.944**

**20 DE MAIO DE 2022**

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.945**

**20 DE MAIO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.946**

**20 DE MAIO DE 2022**

Introduz a Alteração 4.499 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.948**

**24 DE MAIO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.949**

**24 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Jaraguá do Sul. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.950**

**24 DE MAIO DE 2022**

Regulamenta a Lei nº 17.890, de 2020, que dispõe sobre a publicação da lista de medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS). [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.952**

**25 DE MAIO DE 2022**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no Município de Urubici. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.953**

**25 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.954**

**25 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.955**

**25 DE MAIO DE 2022**

Regulamenta a Lei nº 18.076, de 2021, que dispõe sobre o traslado intermunicipal terrestre de cadáveres e restos mortais humanos, no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.956**

**26 DE MAIO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.958**

**26 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre as providências remanescentes

para a dissolução, liquidação e extinção da BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.960**

**27 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a concessão comum para a modernização, efficientização, operação, manutenção e exploração comercial do Terminal Rodoviário Rita Maria, localizado no Município de Florianópolis, e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.961**

**27 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 1.962**

**27 DE MAIO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.329****3 DE MAIO DE 2022**

Institui o Dia Nacional do Profissional de Logística. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.330****4 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.331****4 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento de honorários periciais e sobre os requisitos da petição inicial em litígios e em medidas cautelares relativos a benefícios assistenciais e previdenciários por incapacidade; e revoga dispositivo da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.332****4 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a arrecadação de recursos por entidades beneficentes de assistência social por meio de títulos de capitalização. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.333****4 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.334****10 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.335****10 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.336****11 DE MAIO DE 2022**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito

suplementar no valor de R\$ 2.572.154.060,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.337****11 DE MAIO DE 2022**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 7.676.200.000,00, para o fim que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.338****11 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre a bula digital de medicamentos. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.339****18 DE MAIO DE 2022**

Denomina “Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão” o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.340****18 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para modificar procedimentos relativos à alienação parental, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer procedimentos adicionais para a suspensão do poder familiar. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.341****18 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a Associação de Representação de Municípios; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.342****18 DE MAIO DE 2022**

Institui o benefício extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.343****19 DE MAIO DE 2022**

Autoriza o Poder Executivo federal a doar imunizantes contra a covid-19 a outros países em caráter de cooperação humanitária internacional. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.344****24 DE MAIO DE 2022**

Cria mecanismos para a prevenção e o enfren-

tamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.345****24 DE MAIO DE 2022**

Altera as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, bem como para assegurar a ex-prefeitos e ex-governadores acesso aos registros de convênios celebrados durante a sua gestão em sistema mantido pela União. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.346****25 DE MAIO DE 2022**

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.347****25 DE MAIO DE 2022**

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 6.412.000.000,00 (seis bilhões quatrocentos e doze milhões de reais), para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.348****25 DE MAIO DE 2022**

Altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.161, de 2 de junho de 2021, para estabelecer melhores condições de sustentabilidade ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) como política oficial de crédito permanente no tratamento diferenciado e favorecido aos beneficiários desse programa, e a Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021, para aprimorar o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC); revoga dispositivo da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de

# LEGISLAÇÃO FEDERAL

## LEIS ORDINÁRIAS

2020; e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.349 25 DE MAIO DE 2022

Confere ao Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional da Soja. [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.350 25 DE MAIO DE 2022

Altera as Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni). [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.351 25 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Internet Brasil; e altera as Leis nºs 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código

Brasileiro de Telecomunicações), 5.768, de 20 de dezembro de 1971, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 13.424, de 28 de março de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.352 25 DE MAIO DE 2022

Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022. [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.353 26 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre procedimentos de suspensão de concessões ou de outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio (OMC); e altera a Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010. [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.354 30 DE MAIO DE 2022

Institui o Dia Nacional do Espiritismo. [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.355 31 DE MAIO DE 2022

Altera a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, para dispor sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### LEI Nº 14.356 31 DE MAIO DE 2022

Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição. [\(Inteiro teor\)](#)

# LEGISLAÇÃO FEDERAL

## DECRETOS

### DECRETO Nº 11.058 2 DE MAIO DE 2022

Extingue a Embaixada do Brasil em Lilongue, na República do Maláui, e estabelece sua cumulatividade com a Embaixada do Brasil em Lusaca, na República da Zâmbia. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.059 3 DE MAIO DE 2022

Regulamenta o Programa de Redução Estrutural de Custos de Geração de Energia na Amazônia Legal e de Navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins - Pró-Amazônia Legal, nos termos do disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e institui o Comitê Gestor do Pró-Amazônia Legal. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.060 3 DE MAIO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.433, de 21 de julho de 2020, que institui o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.061 4 DE MAIO DE 2022

Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e o Decreto nº 10.905, de 20 de dezembro de 2021, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.062 4 DE MAIO DE 2022

Desqualifica como organização social o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.063 4 DE MAIO DE 2022

Estabelece os critérios e os requisitos para a avaliação de pessoas com deficiência ou pessoas com transtorno do espectro autista para fins de concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.064 6 DE MAIO DE 2022

Regulamenta os art. 3º e art. 4º da Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e altera o Decreto nº 10.836, de 14 de outubro de 2021, para dispor sobre a autorização aos bancos administradores dos fundos constitucionais para realizar acordos de renegociação extraordinária de operações de crédito. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.065 6 DE MAIO DE 2022

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Regional e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.066 9 DE MAIO DE 2022

Altera o Decreto nº 9.887, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.067 9 DE MAIO DE 2022

Altera o Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.068 10 DE MAIO DE 2022

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Previdência e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 11.069 10 DE MAIO DE 2022

Regulamenta a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.070****13 DE MAIO DE 2022**

Declara luto oficial pelo falecimento de Sua Alteza Xequê Khalifa bin Zayed Al Nahyan, Presidente dos Emirados Árabes Unidos e Emir de Abu Dhabi. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.071****17 DE MAIO DE 2022**

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para Integração dos Sistemas de Dados do Setor Rural. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.072****17 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.073****17 DE MAIO DE 2022**

Fixa, para a Marinha, os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais, para os Corpos e os Quadros que menciona, no ano-base de 2022. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.074****18 DE MAIO DE 2022**

Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil e o seu Comitê Gestor. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.075****19 DE MAIO DE 2022**

Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.076****20 DE MAIO DE 2022**

Altera o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.077****20 DE MAIO DE 2022**

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.078****23 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a qualificação de projetos e de

empreendimentos do setor de energia elétrica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.079****23 DE MAIO DE 2022**

Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.080****24 DE MAIO DE 2022**

Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, para dispor sobre as infrações e sanções administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.081****24 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.082****25 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Rodoviária Federal. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.083****25 DE MAIO DE 2022**

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Federal. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.084****27 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a missão logística do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Washington, D.C., Estados Unidos da América. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.085****27 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui Comitê Interministerial. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.086****30 DE MAIO DE 2022**

Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orça-

mentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 11.087****30 DE MAIO DE 2022**

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021. ([Inteiro teor](#))

## PORTARIAS

### PORTARIA GAB/PGE Nº 85/2022

02.05.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelos incisos I e II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 56, de 29 de junho de 1992 e o que consta nos autos do processo nº PGE 1312/2022,

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados como membros da Comissão para Administração do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e Reaparelhamento (FUNJURE), o Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos, Sérgio Laguna Pereira; o Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos, Ederson Pires; o Corregedor-Geral, Loreno Weissheimer; e os Procuradores do Estado Thiago Aguiar de Carvalho e Zany Estael Leite Júnior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado

### PORTARIA GAB/PGE Nº 86/2022

05.05.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

#### RESOLVE:

Art. 1º Os atos relativos à autorização dos afastamentos legais dos Advogados Autárquicos e Advogados Fundacionais e a designação de seus respectivos substitutos ficam delegados ao Subcorregedor de Autarquias e Fundações Públicas da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

§ 1º As substituições nos períodos de afasta-

mentos devem recair sobre Advogado Autárquico ou Advogado Fundacional em exercício no próprio ente.

§ 2º Na ausência de substituto no próprio ente, poderá ser designado Advogado Autárquico ou Advogado Fundacional de outra Autarquia ou Fundação, sem prejuízo de suas atribuições na origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado

### PORTARIA GAB/PGE Nº 87/2022

09.05.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador do Estado FRANCISCO GUILHERME LASKE, matrícula 0257248-6-01, para atuar na Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria produz efeitos a partir de 9 de maio de 2022.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado

### PORTARIA GAB/PGE Nº 88/2022

13.05.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e, considerando o disposto no art. 3º da Portaria GAB/PGE 047/21,

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para atuar no Núcleo de Apoio ao Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (NuPPI), no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, os seguintes Procuradores:

I - André Doumid Borges, como Coordenador;

II - André Filipe Sabetzki Boeing;

III - Letícia Arantes Silva; e

IV - Marcos Alberto Titão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAB/PGE 050/21, de 08.06.2021.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado

### PORTARIA GAB/PGE Nº 89/2022

17.05.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 2º da Portaria GAB/PGE 043/21,

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam dispensados de atuar no Núcleo de Atendimento Jurídico aos Órgãos Setoriais e Seccionais do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos (NUAJ) os seguintes Procuradores do Estado: Andréia Cristina da Silva Ramos, Artur Leandro Veloso de Souza, Fernanda Donadel da Silva, Flávia Baldini Kemper, Leonardo Jenichen de Oliveira e Tarcio Aurélio Monteiro de Melo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II, VI, VII, XIV e XXI do art.

1º da Portaria GAB/PGE Nº 062/22, de 25.02.2022.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado

## PARECERES

### PARECER Nº 151/2022

Referência: PGE 2336/2022

**Assunto:** Minuta de Decreto que “Altera o Decreto nº 468, de 13 de fevereiro de 2020, que “Regulamenta o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SC) e estabelece outras providências”.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

**Ementa:** Minuta de Decreto que altera o Decreto nº 468, de 13 de fevereiro de 2020, que “Re-

gulamenta o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SC) e estabelece outras providências”. Autonomia e poder de auto-organização dos Estados (arts. 18 e 25 da CRFB e arts. 1º, II, 5º e 8º, I e II, da CESC). Organização e funcionamento da administração estadual. Constitucionalidade, legalidade e regularidade formal.

### PARECER Nº 152/2022

Referência: PGE 1242/2022

**Assunto:** Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Eduardo Melo Cavalcanti Silva

**Ementa:** Análise de Minuta de Dispensa de Licitação. Contratação de pequeno valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8666/93. Objeto: “prestação de serviço de limpeza e conservação, 01 (uma) vez por semana, com mais 01 (um) retorno por semana para manutenção dos banheiros, recolhimento de lixo e lavagem de louça, a ser rea-

PARECERES

lizado nas instalações da Procuradoria Especial em Brasília”. Possibilidade. Justificativa em razão do menor preço. Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93. Viabilidade das Minutas do Termo de Dispensa de Licitação, do Termo de Ratificação e do Contrato. Recomendação para observância do prazo de 5 (cinco) dias para publicação na imprensa oficial (art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93).

**PARECER Nº 153/2022**

**Referência:** SCC 7293/2022

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 372.4/2020

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 0372.4/2020, que “Dispõe sobre o recebimento, pelo Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, de projetos arquitetônicos, estruturais e complementares em doação, sem ônus ou encargos, de pessoa física ou jurídica de direito privado”. Imposição de obrigação específica ao Poder Executivo. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal. Parecer n. 368/2021, desta COJUR. Reserva de Administração. Ofensa ao princípio da independência dos Poderes. CRFB, art. 2º. CESC/89, art. 32. Inconstitucionalidade formal e material do art. 1º.

**PARECER Nº 154/2022**

**Referência:** SCC 6948/2022

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei nº 0005.6/2021

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Eduardo Melo Cavalcanti Silva

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 0005.6/2021, que “Institui Boas Práticas de Transparência em Contratações Públicas do Estado de Santa Catarina”. Matéria relacionada à publicidade dos atos da Administração Pública. Competência legislativa concorrente dos entes federativos. Ausência de violação à competência privativa da União para editar normas gerais sobre licitação e contratações públicas (art. 22, XXVII, da CRFB). Competência suplementar complementar dos estados-membros para legislar sobre temas específicos, e não contraditórios com normas gerais já editadas pelo ente federal. Inexistência de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. Constitucionalidade formal subjetiva. Princípio da publicidade, do qual emana o dever de transparência, de envergadura constitucional (art. 37 da CRFB e art. 16 da CESC). Constitucionalidade material. Criação de Portal Nacional de Contratações Públicas, que não veda outras

formas de divulgação. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER Nº 155/2022**

**Referência:** SCC 5240/2022

**Assunto:** Termo aditivo para substituição de taxa de juros em contrato de empréstimo

**Origem:** Casa Civil

**Autora:** Helena Schuelter Borguesan

**Ementa:** Direito Econômico e Financeiro. Contrato de Empréstimo entre a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Estado de Santa Catarina. Financiamento parcial do Programa de Integração Regional do Estado de Santa Catarina. Termo aditivo. Substituição da taxa de juros. Descontinuidade da *London Interbank Offered Rate* (LIBOR). Compromisso do mutuante de manutenção da relação preexistente entre os custos da tomada do empréstimo e a taxa de remuneração. Autorização para substituição prevista no art. 29 da Lei Complementar federal nº 178, de 2021, e nos arts. 2º e 3º da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021. Pareceres nº 628/2021-PGE e 629/2021-PGE. Ausência de óbices jurídicos ao prosseguimento da minuta.

**PARECER Nº 156/2022**

**Referência:** SJC 23037/2018

**Assunto:** Ofício nº 388/CC-DIAL, contendo a minuta de Anteprojeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre os Fundos Rotativos do Sistema Penal e estabelece outras providências”, solicitando a esta Procuradoria-Geral do Estado (PGE/SC) emita manifestação jurídica especificamente sobre a proposta de inclusão do art. 36 na minuta, que modifica o art. 66, XX, da Lei Complementar nº 774, de 27 de outubro de 2021.

**Origem:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP)

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre os Fundos Rotativos do Sistema Prisional do Estado de Santa Catarina e estabelece outras disposições. Proposta de alteração do art. 66, XX, da Lei Complementar nº 774/2021 – Estatuto do Policial Penal. Prerrogativas Funcionais. Lei Complementar nº 491/2010 - Estatuto Jurídico Disciplinar da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina. Art. 27. Regra matriz. Requisitos legais necessários para a instalação da comissão processante. Observância obrigatória. Higidez do ponto de vista constitucional e legal.

**PARECER Nº 157/2022**

**Referência:** SEF 3722/2022

**Assunto:** Termo de Cooperação Técnica

**Origem:** Superintendência da loteria estadual

**Autora:** Helena Schuelter Borguesan

**Ementa:** Minuta de Termo de Cooperação Técnica, a ser firmado entre o Estado de Santa Catarina e os demais Estados do CODESUL. Articulação de esforços para promover o desenvolvimento das atividades relacionadas à exploração do serviço público de loterias. Autorização legislativa. Leis Estaduais nº 18.334, de 2022, e 18.344, de 2022. Arts. 116 e 57, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993. Ausência de óbices jurídicos ao prosseguimento da minuta. Sugestões de aprimoramentos.

**PARECER Nº 158/2022**

**Referência:** SCC 7291/2022

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei nº 0001.2/2022

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Eduardo Melo Cavalcanti Silva

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 0001.2/2022, que “Altera o Anexo I da Lei nº 17.335/2017, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para instituir o Dia Estadual da Conscientização do Raquitismo Hipofosfatêmico”. Iniciativa Parlamentar. Norma programa. Política Pública. Constitucionalidade formal subjetiva. Saúde. Competência comum dos entes federados. Constitucionalidade formal orgânica. Direito à saúde. Compatibilidade material com a ordem constitucional. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER Nº 159/2022**

**Referência:** PGE 1684/2022

**Assunto:** 2º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 006/2020-PGE

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Interessado:** Piovesan Negócios Imobiliários Ltda.

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 006/2020-PGE. Prorrogação da vigência contratual. Não submissão ao limite temporal de 60 (sessenta) meses. Art. 62, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93. Demonstração do cumprimento dos requisitos para a prorrogação. Possibilidade. Primazia do interesse público, Art. 58, I, da Lei nº 8.666/93. Cláusula anticorrupção. Manutenção das demais condições ajustadas. Aprovação da minuta. Necessidade de comprovação de regularidade fiscal/trabalhista/previdenciária na assinatura do aditivo.

PARECERES

**PARECER Nº 160/2022**

**Referência:** PGE 889/2022

**Assunto:** Processo Administrativo Sancionador. Contrato nº 021/2021-PGE (Quantica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda.)

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Interessada:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Eduardo Melo Cavalcanti Silva

**Ementa:** Contrato nº 021/2021 firmado com a empresa Quantica Guema Engenharia Tecnologia e Projetos Ltda. Inadimplemento contratual. Rescisão Unilateral. Possibilidade. Artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/1993. Minuta do Termo de Rescisão. Viabilidade. Necessidade de duas contratações diretas extraordinárias. Prejuízo para a Contratante. Recomendação para retenção de créditos da Contratada até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

**PARECER Nº 161/2022**

**Referência:** PGE 1850/2022.

**Assunto:** 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2019-PGE, decorrente da Dispensa de Licitação nº 003/2019, firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado – PGE/Fundo Especial De Estudos Jurídicos e de Reparelhamento - FUN-JURE e o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. - CIASC, visando acréscimo ao objeto contratual do serviço de hospedagem do site <http://pge40anos.sc.gov.br> em homenagem aos 40 anos da PGE.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2019-PGE. Acréscimo de serviço ao objeto pactuado. Prestação de serviços especializados de tecnologia da informação e comunicação. Previsão Contratual. Art. 65 da Lei nº 8.666/1993. Supressão de incidência de reajuste anual no exercício de 2022. Disponibilidade orçamentária e financeira. Viabilidade jurídica. Necessidade de comprovação de regularidade fiscal/trabalhista/previdenciária na assinatura do aditivo.

**PARECER Nº 162/2022**

**Referência:** PGE 1723/2022.

**Assunto:** Prorrogação do Contrato de locação nº 008/2019 (Procuradoria Regional de Jaraguá do Sul) e análise do 3º Termo Aditivo ao Contrato.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Eduardo Melo Cavalcanti Silva

**Ementa:** Contrato nº 008/2019-PGE. Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Procuradoria Regional de Jaraguá do Sul. 3º Termo aditivo. Acordo entre as partes. Art. 65, inciso

II, da Lei federal nº 8.666/1993. Prorrogação da vigência por 12 (doze) meses. Resolução nº 001/2021 do Grupo Gestor de Governo. Reajuste, segundo o IPCA, conforme cláusula contratual. Compatibilidade do aluguel com parâmetros de mercado. Economicidade. Possibilidade jurídica. Minuta de aditivo sem vícios.

**PARECER Nº 163/2022**

**Referência:** PGE 2486/2022.

**Assunto:** Análise da Minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2020-PGE, cujo objeto é a supressão da incidência do reajuste anual relativo ao exercício de 2022.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2020-PGE. Prestação de serviços técnicos para a manutenção preventiva e corretiva de um elevador do Anexo I da Procuradoria-Geral do Estado. Supressão de incidência de reajuste anual no exercício de 2022. Resolução do Grupo Gestor de Governo nº 001/2021. Previsão Contratual. Art. 65, II, da Lei nº 8.666/1993. Viabilidade jurídica. Necessidade de regularidade fiscal/trabalhista/previdenciária na assinatura do aditivo e durante o curso do contrato.

**PARECER Nº 164/2022**

**Referência:** PGE 714/2022.

**Assunto:** Contratação de 50 (cinquenta) vagas para o curso “Legal Design Thinking e Visual Law para os procuradores e servidores da Procuradoria-Geral do Estado”.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Direito Administrativo. Evento de capacitação. Autorização para a contratação direta de vagas/ inscrições para o curso de capacitação denominado *Legal Design Thinking e Visual Law* para os procuradores e servidores da Procuradoria-Geral do Estado. Singularidade do objeto. Palestrantes formados por profissionais de notória especialização. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de licitação. Art. 25, caput, e inciso II, e art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993. Viabilidade jurídica e regularidade na contratação direta. Facultativo instrumento de contrato. Art. 62 da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de substituição por nota de empenho.

**PARECER Nº 165/2022**

**Referência:** PGE 1863/2022

**Assunto:** 4º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 013/2016-PGE, decorrente da Dispensa de Licitação nº 004/2016-PGE.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Interessado:** AXD Empreendimentos Imobiliá-

rios Ltda.

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Minuta do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 013/2016-PGE. Prorrogação da vigência contratual. Não submissão ao limite temporal de 60 (sessenta) meses. Art. 62, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93. Demonstração do cumprimento dos requisitos para a prorrogação. Possibilidade. Primazia do interesse público, Art. 58, I, da Lei nº 8.666/93. Cláusula anticorrupção. Manutenção das demais condições ajustadas. Aprovação da minuta. Necessidade de comprovação de regularidade fiscal/trabalhista/previdenciária na assinatura do aditivo.

**PARECER Nº 167/2022**

**Referência:** CIDASC 395/2022

**Assunto:** Consulta sobre eventual prática de conduta vedada aos agentes públicos em ano eleitoral no ato de reajustar a tabela de diárias da CIDASC.

**Origem:** Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)

**Autor:** André Doumid Borges

**Ementa:** Consulta sobre eventual prática de conduta vedada aos agentes públicos em ano eleitoral no ato de reajustar a tabela de diárias da CIDASC. A natureza de tal pagamento, a motivação do ato, a razoabilidade da medida e a falta de potencial para afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos no pleito eleitoral, rechaçam a prática de qualquer conduta vedada pela legislação eleitoral.

**PARECER Nº 168/2022**

**Referência:** SCC 7654/2022

**Assunto:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 0385/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre o acesso à informação de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) emitidas para órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual”.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 0385/2019, que “Dispõe sobre o acesso à informação de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) emitidas para órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual”. Princípio Constitucional da Publicidade (art. 37, caput, da CRFB). Direito Fundamental de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da CRFB; art. 37, §3º, II, da CRFB; art. 18, II, da CESC). Iniciativa Parlamentar. Princípio da Separação dos Poderes. Inexistência de violação à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, §1º c/c art. 84, VI, da CRFB; art. 50, §2º c/c art. 71, IV, da CESC). Princípio da

PARECERES

Simetria. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER Nº 169/2022**

**Processo nº:** SES 33335/2022

**Interessada:** Secretaria de Estado da Saúde

**Autor:** Thiago Aguiar De Carvalho e Rafael da Silva

**Ementa:** Consulta. Direito Administrativo. Contratos. Condutas de “atraso na entrega do objeto ou execução de serviços” e de “não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada”. Art. 110, I e II do Decreto 2.617/2009. Hipóteses de aplicação das multas. Dosimetria realizada por meros cálculos aritméticos. Definição do termo inicial da multa de mora. Mora ex re. À PGE para juízo de aprovação.

**PARECER Nº 171/2022**

**Referência:** SED 0039572/2022

**Assunto:** Distribuição de uniformes no âmbito do PECIM.

**Origem:** Secretaria de Estado da Educação - SED.

**Interessado:** Secretaria de Estado da Educação - SED.

**Autora:** Julia Esteves Guimarães

**Ementa:** Administrativo e Eleitoral. Distribuição de uniformes no âmbito do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Viabilidade de implementação em ano eleitoral. Não incidência da conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. Impossibilidade de chancela de omissão inconstitucional em ano eleitoral. Distinção entre gastos com a manutenção dos serviços públicos e criação de programa assistencial de cunho oportunista. Vinculação do programa com a concretização do direito fundamental à educação. Obrigação decorrente de convênio firmado com o Governo Federal. Utilização de uniformes padronizados como elemento intrínseco do modelo de educação cívico-militar. Correta utilização de uniformes enquanto contrapartida exigida aos alunos de escolas que aderiram ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares - PECIM. Necessidade, porém de: (ii) ausência de veiculação de publicidade institucional nos três meses que antecedem o pleito; e (ii) veiculação de publicidade institucional, no período permitido, em estrita observância ao comando inserto no § 1º do art. 37 da CRFB, de modo impessoal e sem eventos presenciais (ou que de qualquer modo individualizem agentes públicos), inclusive por meio de logomarcas de Governo.

**PARECER Nº 172/2022**

**Referência:** PGE 8732/2021

**Assunto:** Celebração de termo de convênio

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Direito Administrativo. Termo de convênio e edital de credenciamento de instituição educacional. Concessão de estágio remunerado. Dispensa de exigências referentes ao Alvará de Funcionamento e à apresentação de Plano de Trabalho pela instituição de ensino interessada. Necessidade de realizar adequações no edital de credenciamento.

**PARECER Nº 183/2022**

**Referência:** SCC 8361/2022

**Assunto:** Autógrafo ao Projeto de Lei nº 023/2022

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autora:** Letícia Arantes Silva

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 023/2022 que “Revoga o inciso VIII do art. 111 da Lei nº 18.350, de 2022, que ‘Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que ‘Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências’, e adota outras providências”. Mera correção de erro formal. Paralelismo de formas. Ausência de óbices jurídicos à sanção governamental.

**PARECER Nº 184/2022**

**Referência:** SCC 7779/2022

**Assunto:** Pedido de Diligência ao Projeto de Lei nº 434.1/2021

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

**Autor:** André Filipe Sabetzki Boeing

**Ementa:** Pedido de diligência. Projeto de Lei nº 434.1/2021, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos, conforme especifica”. 1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Reserva de vagas. Disciplina tema afeto ao provimento de cargos e ao regime jurídico de servidores públicos. Deflagração sujeita à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (arts. 61, § 1º, II, “c”, da CRFB, e 50, § 2º, IV, da CESC). 2. Constitucionalidade formal orgânica. Competência de cada ente federado, como expressão de sua autonomia. Inteligência do art. 18 da CRFB. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada na margem de conformação do legislador para disciplinar ações afirmativas em favor de afrodescendentes.

**PARECER Nº 208/2022**

**Referência:** PGE 949/2022

**Assunto:** Realização de Pregão Eletrônico para a aquisição de cadeiras giratórias e fixas e estofo para a recepção da Procuradoria-Geral do

Estado (PGE).

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão eletrônico para aquisição de mobiliário para a recepção da PGE/SC. Sistema de Registro de Preços. Análise de minuta de edital e anexos. Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002. Decreto Estadual nº 2.617/2009. Necessidade de informar o preço unitário máximo que o órgão ou entidade se dispõe a pagar, por contratação (art. 90, XII, Decreto nº 2.617/09). Não admissão da participação de empresas em consórcio. Recomendação de apresentação de justificativa, conforme orientação de controle externo. Viabilidade jurídica de prosseguimento do certame com a adoção das recomendações.

**PARECER Nº 210/2022**

**Referência:** SCC 8644/2022

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei nº 501/2019.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Letícia Arantes Silva

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 501/2019 que “Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Competência concorrente para legislar sobre desporto (art. 24, IX, da CF/88 e art. 10, IX, da CE/SC). Inexistência de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Compatibilidade material com a Constituição Federal e Estadual. Ausência de óbices jurídicos à sanção governamental.

**PARECER Nº 211/2022**

**Referência:** SEF 384/2022

**Assunto:** Titularidade do IRRF incidente sobre valores pagos pelo Estado, suas autarquias e fundações, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços  
**Origem:** Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF)

**Autora:** Helena Schuelter Borguesan

**Ementa:** Direito Tributário e Financeiro. Titularidade do imposto de renda retido na fonte sobre valores pagos, a qualquer título, pelo Estado, suas autarquias e fundações, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços. Art. 157, inciso I, da CRFB. Tese fixada pelo STF no Tema 1130. RE nº 1.293.453/RS. Art. 64 da Lei Federal 9.430/1996. Discriminação inconstitucional. Adoção das normas aplicáveis à Administração Pública Federal. Possibilidade.

**PARECER N° 216/2022**

**Referência:** PGE 4019/2022

**Assunto:** Contratação remanescente de serviço de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de peças e componentes.

**Origem:** Diretoria de Administração (DIAD/PGE).

**Interessado:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Autor:** Eduardo Melo Cavalcanti Silva

**Ementa:** Direito administrativo. Licitação e contratos administrativos. Análise de minuta de termo de dispensa de licitação, termo de ratificação e do contrato. Contratação do remanescente. Art. 24, XI da Lei nº 8666/93. Objeto: “Contratação remanescente de serviço de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de peças e componentes”. Possibilidade, com recomendações.